

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: OESP Class.: CIMI 730

Data: 13/04/94 Pg.: \_\_\_\_\_

### VIOLÊNCIA

# Para Cimi, cresce a morte de índios

*Relatório registra 43 assassinatos no ano passado, o dobro de 92*

SÔNIA SILVA

**B**RASÍLIA — Quarenta e três índios brasileiros foram assassinados no ano passado, quase o dobro de 1992. Oitenta e cinco foram vítimas de tentativas de homicídios e mais de sete mil foram submetidos a trabalho escravo. Os dados constam do relatório *A Violência contra os Povos Indígenas no Brasil em 1993*, divulgado ontem pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O documento faz duras críticas ao governo federal, que é acusado de

omisso por não determinar a demarcação de terras indígenas.

**Massacre** — O aumento no número de assassinatos ocorreu em função do massacre de 16 ianomâmis por garimpeiros, em julho do ano passado. D. Aparecido José Dias, presidente do Cimi, disse que em nenhum outro relatório houve tantos casos de abuso de poder policial. Em 93, foram 29 lesões corporais e 18 prisões ilegais de índios. Pela primeira vez, o relatório mostrou casos de trabalho em condições análogas à de escravo, que envolveram 7.470 índios, a maioria guarani caiová e guarani-nhandeva, contratados para trabalhar em carvoarias e destilarias de álcool em Mato Grosso do Sul.

O relatório registra, ainda, o fur-

to de madeira em 26 áreas indígenas. "Além de cooptar as lideranças, os madeiros têm armado índios para garantir a retirada de madeira", diz o documento.

"A violência contra o índio está se tornando tão rotineira, que corre o risco de ser banalizada", alertou o presidente do Cimi. O governo, segundo o relatório, foi omisso na maioria dos casos, segundo o relatório. "O governo não tomou as providências para punir os agressores, garantir assistência aos índios e demarcar as suas terras", afirmou d. Aparecido Dias. Segundo o Cimi, dos US\$ 39,3 milhões solicitados pela Funai para demarcação das terras indígenas este ano, apenas US\$ 1,8 milhão constam da proposta orçamentária enviada ao Congresso Nacional.